

Cascavel, 21 de agosto de 2023.

**Referência:** Processo e-protocolo nº 20.427.588-2  
Pregão Eletrônico 0169/2023 – UNIOESTE/HUOP

**Ementa:** Análise de pedido de impugnação em face de exigências editalícias

## I - DOS FATOS

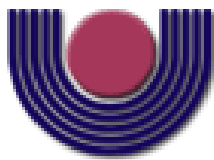
Trata-se de pedido de esclarecimento enviado pela empresa **Anesthemedic Serviços Em Saúde Ltda**, CNPJ. nº CNPJ sob o nº 28.821.953/0001-30, na licitação cujo objeto é o Pregão Eletrônico, do Tipo Menor preço por lote, objetivando a aquisição de equipamentos médicos para o Hospital Universitário do Oeste do Paraná - HUOP.

Tratando-se de análise técnica, os fatos relatados pela empresa impugnante foram encaminhados para apreciação da Equipe Técnica, cuja é a competência.

Passaremos aos esclarecimentos e manifestações do que compete à análise da Equipe Técnica. Considerando que a pregoeira não detém conhecimento técnico específico para julgar os quesitos técnicos exigidos em Edital, daí a necessidade de segregar as competências no processo licitatório resguardando o fiel cumprimento dos princípios que regem a Administração Pública.

Para isso, encontramos amparo no Acórdão 135/2005 Plenário: “É obrigatório que a Comissão Permanente de Licitação não delegue competências exclusivas de sua alçada, tais como habilitação e julgamento das propostas, para outras unidades da empresa, conforme preconiza o art. 6º, inciso XVI, c/c o art. 45, todos da Lei 8.666/1993, ressalvada a possibilidade de solicitar parecer técnico ou jurídico relativo à matéria submetida à sua apreciação.”

Corroborado pelo Acórdão 1182/2004 Plenário: “Possibilite a participação de profissionais legalmente habilitados na Comissão de Licitação, sempre que a especificidade do objeto assim o justifique, em cumprimento do disposto no art. 51 da Lei 8.666/1993.”



Neste sentido, o instrumento convocatório aponta que qualquer esclarecimento e informações sobre amostras, catálogos, e ainda especificações técnicas dos produtos são de atribuição da equipe técnica.

Dito isto, segue parecer emitido pela equipe técnica:

“Processo nº. 20.427.588-2.

Pregão Eletrônico nº. 0169/2023 – Unioeste/HUOP.

Assunto: Resposta a impugnação de edital de licitação – Empresa ANESTHEMEDIC SERVICOS EM SAUDE LTDA.

Frente a interposição de Impugnação do Edital de Licitação constante no processo nº. 20.427.588-2, Pregão Eletrônico nº. 0169/2023, a equipe técnica vem por meio deste, através do Gestor e Fiscal de Contrato, apresentar resposta a impugnação, nos seguintes termos:

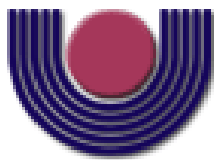
Quanto ao item 2.1 – EXIGÊNCIAS ABUSIVAS – DA INSCRIÇÃO NO CRM/PR COMO PRÉ-REQUISITO PARA HABILITAÇÃO NO CERTAME.

R: Após análise das justificativas e demais documentos apresentados, acolhemos e deferimos o pedido em questão, para que o cadastro da empresa na entidade profissional competente, qual seja, CRM-PR, apenas seja necessário após a contratação, ou seja, como requisito para a execução contratual e não como exigência para habilitação no certame.

Quanto ao item 2.2 – DA IRREGULAR EXIGÊNCIA DE APRESENTAÇÃO DO CNES - CADASTRO NACIONAL DE ESTABELECIMENTO DE SAÚDE PELO CONTRATADO.

R: Após análise das justificativas e demais documentos apresentados, verifica-se que o gerenciamento e manutenção do Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde é de competência da Instituição, ou seja, deste Nosocômio, porém para inserção dos dados no r. cadastro, se faz necessário que a Empresa vencedora do certame forneça as informações requisitadas para esta finalidade. Deste modo, acolhemos o pedido em questão e deferimos o r. item.

Quanto ao item 2.3 – DA OMISSÃO DO EDITAL QUANTO A EXIGÊNCIA DE ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA.



R: Após análise das justificativas e demais documentos apresentados, indeferido o r. item, visto que a habilitação do profissional é comprovada através do certificado emitido pela Sociedade Brasileira de Anestesiologia, não havendo como condição a exigência de atestado de capacidade técnica. Com relação a capacidade da empresa em executar o objeto do Contrato, foi feita Análise de Risco o qual fora apresentado com o Estudo Técnico Preliminar, além da apresentação do Acordo de Nível de Serviço, instrumento este que é suficiente para garantir a execução do contrato, sem que haja o cerceamento dos licitantes.

Quanto ao item 2.4 – DA NECESSIDADE DE INCLUSÃO DE EXIGÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE VÍNCULO DO RESPONSÁVEL TÉCNICO COM A EMPRESA COMO REQUISITO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.

R: Após análise das justificativas e demais documentos apresentados, manifestamos parecer favorável, para que conste como comprovação de vínculo do Responsável técnico com a empresa, o vínculo do profissional através da Cópia da Carteira de Trabalho (CTPS) em que conste a empresa como contratante; Contrato Social da empresa em que conste o profissional como sócio; Contrato de Trabalho devidamente registrado no CRM da região competente, em que conste o profissional como Responsável Técnico. Entretanto, destacamos que o r. item será exigido apenas na assinatura do contrato e não na fase de habilitação.

Atenciosamente;

Cascavel, 18 de agosto de 2023.

Dr. Vilson Dalmina

Diretor Técnico do HUOP

CRM nº. 14897

Portaria nº3139-2020-GRE

Dr. Sérgio Nascimento Pereira

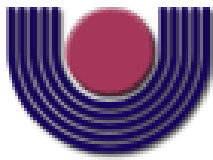
Assessor Técnico

CRM nº. 08180

Portaria nº3253-2020-GRE”

Estes são os fatos apresentados.

Portanto, analisando a alegação da empresa impugnante, o parecer emitido pela equipe técnica e a análise dos autos, verifica-se haver necessidade de alteração



parcial do Termo de Referência quanto aos apontamentos acima especificados pela equipe técnica.

## **II – CONCLUSÃO**

Diante do exposto, recebo a presente impugnação, por ser tempestiva, dando-lhe provimento parcial.

Assim, o edital será republicado com data a ser divulgada.

Andressa Folchini  
Pregoeira